



Carta da 78ª Reunião Geral da FNP

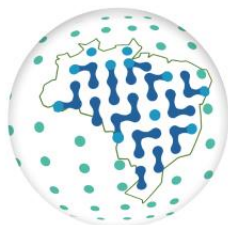
Prefeitas e prefeitos de cidades com mais de 80 mil habitantes, reunidos, de forma virtual, na 78ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), no dia 16 de setembro de 2020, se posicionam sobre a reforma tributária.

O apoio aos debates que se propõem a modernizar, atualizar, simplificar e aprimorar o sistema tributário brasileiro é unânime. Todavia, é evidente que este não é o melhor momento para a discussão tão complexa. O Brasil enfrenta a pandemia da COVID-19 e um período eleitoral atípico, que exige das autoridades atenção e esforços para a emergência sanitária.

No entanto, a busca pelo momento ideal não pode inviabilizar os avanços necessários. Por isso, governantes locais apoiados pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), o Fórum Nacional de Secretários de Fazenda e Finanças, e pela equipe técnica da FNP e consultores, analisaram cuidadosamente as propostas disponíveis: PECs 45 e 110/2019, o PL 3887/2020, do Governo Federal, e o Simplifica Já (Emenda 144 à PEC110).

Após os debates e avaliação de cenários e simulações das propostas já em tramitação no Congresso, **prefeitas e prefeitos, registram apoio ao modelo do Simplifica Já**, em Emenda de autoria do senador Major Olímpio, pois preserva a autonomia municipal, simplifica imediatamente o sistema tributário nacional e garante a manutenção dos serviços públicos nas cidades.

Registram ainda a importância de avançar no diálogo com os governadores, Governo Federal e o parlamento para a construção de critérios de partilha vertical mais justa do bolo tributário, com previsão constitucional de participação crescente dos municípios. Cabe ressaltar que quando da promulgação da Constituição de 1988, os municípios dispunham de 14% do total de receitas tributárias disponíveis do país e agora administram 20%.



Essa expansão pode dar a impressão de que as cidades apresentam confortável situação fiscal – fato que não se verifica devido à crescente responsabilização dos governos locais pela oferta de serviços públicos. A flagrante importância municipal na execução de políticas públicas, combinada ao cenário de pós-pandemia, requer revisar a divisão do bolo tributário. Dessa forma, **reivindicamos que nos próximos 30 anos a participação dos governos locais nas receitas disponíveis, pelo menos, 30%.**

Governantes locais também defendem uma tributação progressiva, que contraponha a regressividade atual, na qual os cidadãos que menos ganham são os que mais pagam impostos proporcionalmente à sua renda. Para enfrentar essa situação não basta modernizar os impostos sobre consumo. É fundamental aprimorar a tributação sobre patrimônio, renda e herança, como, por exemplo, cobrar imposto sobre a propriedade de iates e jatinhos. Alertam ainda para a necessidade inescapável de preservar a riqueza ambiental do país, especialmente as florestas e, na reforma, o da Zona Franca de Manaus.

Prefeitas e prefeitos, agentes políticos eleitos pelo voto para governar as capitais e as principais cidades do país, reafirmam que estão abertos ao debate e não apostam na polarização de tema tão complexo e estratégico para o país. O Brasil e os brasileiros contam com os governantes das três esferas para retomada do desenvolvimento econômico, com justiça social. Neste contexto, reiteremos o apoio à reforma tributária.

Frente Nacional de Prefeitos

30 anos conectando cidades